



Sem pedalada, sem calote: a solução para

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB Nacional

6 de outubro de 2021

Alterações no sistema atual de precatórios trazem **repercussões econômicas e sociais relevantes.**

A PEC 23/2021 posterga o pagamento dos precatórios, em vez de tratar a questão como **oportunidade.**

É necessário, e possível, **alinhar os interesses** dos três Poderes e da sociedade.



PROBLEMAS JURÍDICOS

A PEC 23 ataca **2 Cláusulas Pétreas**,
mais **13 Cláusulas Constitucionais** e, se
contadas quantas vezes se repetem, são
mais de 30 violações constitucionais.

Tudo isso em apenas **4 laudas.**

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS PELA PEC

23

Cláusulas Pétreas

- Separação de poderes
- Direitos e garantias individuais

Outras cláusulas constitucionais violadas:

O Estado Democrático de Direito / Moralidade administrativa / Dignidade da pessoa humana / Devido processo legal / Direito de propriedade / Isonomia / Segurança jurídica / Razoável duração do processo / Ato jurídico perfeito / Acesso à justiça / Coisa julgada / Contraditório e ampla defesa / Direito adquirido

As inconstitucionalidades foram apontadas pelo STF (ADIs 4357 e 4425) e pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira e Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (Nota Técnica Conjunta nº 6/2020)

Nunca se ousou tanto ao pretender incluir na Constituição Federal um **limite percentual** ao cumprimento das decisões judiciais, **sem prazo e previsão de crescimento e pagamento.**



PROBLEMAS FISCAIS

Falta **transparência** no discurso de preservação do teto de gastos. Com o pretexto de não desvincular o cumprimento das decisões judiciais (R\$ 50 bi em 2022), abre-se um **rombo no teto** que pode ultrapassar **R\$ 5 trilhões**.

*“Isso é, na linguagem dos anos recentes, **pedalada**, é **esconder uma despesa** do conhecimento público.”*

- Máilson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda –

*“Registrar passivos do governo e vincular **receitas futuras (e incertas)**, não passa de **manipulação contábil**. (...) O contador daria a seguinte **fórmula mágica**: muda-se a classificação contábil, de Títulos a Pagar, para, digamos, **Outras Obrigações**.”*

- Cláudio Adilson Gonçalves, ex-subsecretário do Tesouro Nacional e ex-chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda -

Precatório é **dívida judicial** e não gasto público.

Teto de gastos deve incidir sobre as despesas do Judiciário, mas jamais descumprir **decisões judiciais** em favor de terceiros - privados ou públicos.

*“A solução simples para o nó dos precatórios seria reconhecer que **precatório é dívida** e não despesa primária. Simples assim. Será preciso uma PEC pra isso?”*

*“O que certamente **NÃO** pode acontecer é aceitar que o precatório **é uma dívida pública de segunda classe.**”*

- Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central -



PROBLEMAS ECONÔMICOS



PROBLEMAS ECONÔMICOS

O problema econômico ainda **não existe**.

A PEC 23 **vai criar** um.

O caixa da União tem **R\$ 1,7 trilhão.**



BGU **Balanco Geral da União**
2º2021 Demonstrações Contábeis Consolidadas da União



Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balanco Patrimonial

ATIVO	NE	R\$ milhões	
		30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		1.933.420	1.731.057
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3</u>	1.726.242	1.546.339

1.726.242

* Fonte: Balanço Geral da União 2º tri 2021

Se o pagamento dos precatórios for adiado, pode gerar uma “bola de neve” de **R\$ 672,4 bilhões a R\$ 1,448 trilhão** até o fim de 2036, quando acabaria o teto de gastos.

Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara



PROBLEMAS ECONÔMICOS

*“Já assistimos esse filme, de Emendas Constitucionais e que prevêm um parcelamento ad infinitum e que são declaradas **inconstitucionais**, gerando **insegurança** muito grande no mercado e aumentando o **Risco Brasil**.”*

- Ministro Luiz Fux, presidente do STF –

*“É muito ruim a União dar **calote**. (...) Faltou ali **monitoramento**. Foi aquela lógica brasileira de que você vai jogando para a frente, mas **uma hora a conta chega**.”*

- Ministro Luís Roberto Barroso, do STF –



SOLUÇÕES



SOLUÇÕES

- 1. COMPENSAÇÃO FISCAL (Leis nº 6410/2003/AL, nº 5647/2010/RJ e nº 6136/2011/RJ) E TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA (Lei Federal nº 13988/2020)**
- 2. COMPRA DE IMÓVEIS PÚBLICOS (art. 100, § 11, CF)**
- 3. CRIAÇÃO DE CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS JUDICIAIS (CRJ, ex. CRI e CRA)**
- 4. EMISSÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS**
- 5. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (Lei Federal nº 14.057/2020)**

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

7. FUNDOS DE INFRAESTRUTURA (AQUISIÇÃO DE COTAS)

8. EMPRÉSTIMOS PRIVADOS

9. CRIAÇÃO DE FIDC PARA ANTECIPAÇÃO PELOS BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS

10. BNDES - FINANCIAMENTO DIRETO AOS ENTES PÚBLICOS E/OU AOS CREDORES

Existem dois caminhos: o paliativo e a
solução.

Bastam **48 horas** e uma boa equipe, disposta a dialogar, para transformar os precatórios numa grande **oportunidade** e injetar **R\$ 1 trilhão** na economia.



Obrigado!